

## Alerta! Começa o desmonte das universidades estaduais paulistas no molde das federais

O último Boletim da Adunicamp apontou os primeiros sintomas de uma crise institucional sem precedentes nas Universidades Estaduais Paulistas. Em reunião com o Fórum das Seis, o CRUESP abortou a renegociação do reajuste zero de maio de 99, admitiu não ter política salarial para 2000 e introduziu idéias que sinalizavam o fim da isonomia salarial entre as três universidades, assim como entre ativos e inativos. Ressaltamos, na ocasião, que a contradição entre esse discurso e o comunicado de Boas Vindas da Reitoria da Unicamp era apenas aparente, pois, nesse último, os auto-elogios pela austeridade até agora praticada deixavam antever que a recuperação do poder aquisitivo dos salários dos seus docentes e funcionários não estava entre as prioridades do professor Hermano Tavares, a exemplo dos demais reitores. Isso configurou um nefasto presságio, face a um quadro econômico em que as Universidades chegam ao menor comprometimento (73,8%) com a folha de pagamento dos últimos 10 anos.

O comunicado do CRUESP de 3 de março de 2000, reproduzido e analisado na página seguinte, confirma o nosso diagnóstico de que o que está por trás da atitude do CRUESP é uma submissão, desrespeitosa da Autonomia Universitária e do patrimônio de saber duramente construído neste Estado, à política econômica do governo federal, ditada pelo FMI e seguida à risca pelo ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza. Afirmando que “caberá às Universidades realizar estudos referentes a políticas não lineares, em suplementação ao reajuste atribuído pelo CRUESP”, o comunicado autoriza manobras locais, sem base em qualquer política científica e educacional que respeite a ação conjunta das três

Universidades na produção e difusão do conhecimento, para dar livre início ao desmonte do sistema de Ensino Superior do Estado, nos moldes do que já vem ocorrendo no âmbito federal.

O sinal verde dado pelo presidente do CRUESP já estava sendo seguido antes de se tornar público. **O documento “Política de Remuneração e Benefícios”, enviado pelo Reitor da USP, professor Jacques Marcovitch, aos diretores de unidades em 10 de março passado não contém qualquer originalidade digna do Estado responsável pela maior parte do conhecimento científico e tecnológico produzido no País.** Pelo contrário: não passa de uma peça do programa de desmonte do ministro economista travestido em educador.

**Paulo Renato e seus seguidores terão êxito em dilapidar o patrimônio acadêmico e cultural construído com o suor dos contribuintes do Estado de São Paulo se não sofrerem obstinada resistência da comunidade universitária, bem como do resto da população, a partir deste momento.**

Os procedimentos que a Reitoria da USP “decidiu” (*sic*) implementar reeditam a clássica manobra de “dividir para reinar”. Os inativos que deixaram de contribuir para o aumento de produtividade da Universidade (isto é, não trabalharam de graça) no período de 98/99, mesmo que o tenham feito antes, não receberão um abono que será pago, a esse título, em maio próximo. Jovens doutores serão incentivados a produzir, não para subir na carreira MS, mas para fazer jus a um auxílio não incorporável, que será pago durante 2 anos. Prêmios em pecúnia serão instituídos para recompensar docentes que se tenham destacado, “individualmente” (*sic*), em suas

áreas. Um vale alimentação mensal será pago, nos próximos 12 meses, aos servidores de mais baixa renda.

É vil o cenário que se delinea. Jovens doutores confusos quanto à carreira a seguir, à medida que a hierarquia MS implode e outras pipocam aqui e acolá. Cacicques manobrando para integrar comissões nas quais será concebido um “sistema de aferição objetivo e transparente” (*sic*). Servidores necessitados calando-se para não deixar de receber os magros R\$ 40,00 do vale alimentação.

Os próximos passos, ao que parece, serão a precarização do RDIDP e a cobrança de mensalidades dos estudantes. A primeira já está sendo discutida na UNICAMP, através de proposta da Reitoria para a “flexibilização” do tempo integral, circulada no final do ano passado. A segunda já é aceita, ao menos por uma parte da comunidade das três universidades, no que toca ao metrado profissionalizante. Vale lembrar, ainda, que a atitude da Reitoria da Unicamp quanto a questões tais como a dos docentes aposentáveis e a do RDIDP alinha-se com a estratégia da Reitoria da USP de “dividir para reinar”.

O que está reservado aos docentes e funcionários da UNICAMP e da UNESP?

O comunicado do CRUESP (ver próxima página) comprova que os três reitores compactuaram com essa agressão articulada contra a isonomia e, consequentemente, contra o patrimônio científico e cultural das Universidades Estaduais Paulistas.

**A Adunicamp vem, por isso, conclamar a comunidade docente a uma vigília constante, nos próximos dias e, quiçá, meses, pela preservação da instituição acadêmica paulista.**

## Atenção ao teor do comunicado do CRUESP





**CRUESP**  
**Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas**

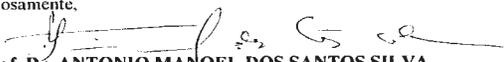
São Paulo, 03 de março de 2000.

Senhor Coordenador,

Em atenção ao combinado na reunião de 28 de fevereiro p.p., o Presidente do CRUESP vem, em nome dos reitores das universidades estaduais paulistas, esclarecer que:

- 1) quanto às perspectivas de política salarial para o corrente ano:
  - a- haverá reajuste salarial no ano 2000;
  - b- este reajuste será fixado no mês de maio;
  - c- o índice atualmente em estudo levará em conta o orçamento que cada universidade por seu Conselho Universitário aprovou para o ano 2000 o que inclui previsão de custeio, investimento e aumento da massa salarial total de janeiro a dezembro do mesmo ano;
  - d- caberá a cada universidade realizar estudos referentes a políticas não lineares, em suplementação ao reajuste atribuído pelo CRUESP;
- 2) política salarial mais ampla:
  - a) a posição do CRUESP quanto à política salarial, não apenas restrita ao período 1999/2000, levará em conta não só medidas que objetivem a reposição da inflação, mas os benefícios sociais diversos correlacionando a correção salarial, com a melhoria do ambiente de trabalho, os benefícios sociais e as especificidades das carreiras nas três universidades;
- 3) quanto aos recursos do Tesouro do Estado:
  - a) o CRUESP volta a lembrar que as transferências referentes a 2000 dizem respeito não só à arrecadação do ICMS, mas também à Lei Kandir, incluindo os atrasados do período de janeiro/julho de 1999, que tornam o quadro de receitas deste primeiro semestre atípico. O CRUESP acredita que o comprometimento total acumulado de 73.8% no mês de fevereiro (conforme indica o quadro 002) não pode ser repetido durante todo o ano;
- 4) A realização de novos encontros do CRUESP com o Fórum das Seis será estabelecida ainda durante este mês de março.

Atenciosamente,



**Prof. Dr. ANTONIO MANOEL DOS SANTOS SILVA**  
Presidente do CRUESP

Ilustríssimo Senhor  
Prof. ANTÔNIO LUÍS DE ANDRADE  
DD. Coordenador do Fórum das Seis  
São Paulo

Recebido em  
03 / 03 /  
Elaine  
ADUNESP S. SINI

Composto e Impr. no Serv. Gráf. da SCTDE

Afirma o consenso entre os três reitores sobre as linhas mestras da política salarial.



Dá o sinal verde para a quebra da isonomia.



Mascara a folga orçamentária, exagerando o impacto dos repasses atrasados da Lei Kandir sobre o comprometimento acumulado com a folha de pagamento em fevereiro de 2000 (a subtração desses atrasados importaria numa perda de apenas cerca de 2%).

# Sonhar..., é preciso...

Valério José Arantes\*

*“O homem vive de razão,  
sobrevive de sonhos”*

Miguel Unamuno

**Depois de uma assembléia respaldada por uma significativa presença de docentes, que não hesitaram em comparecer, mesmo sendo obrigados a cancelar compromissos inadiáveis; os reitores acuados diante de uma verdadeira demonstração de união e coragem; cederam às solicitações de nossos representantes, concedendo um reajuste de 30% retroativo a janeiro de 2000.**

***“É claro que o sonho pelo sonho ou o sonho de mãos nos bolsos não passa de um barato entorpecente”***  
Regis de Moraes

Na realidade, apesar da participação docente ter aumentado, na última assembléia (FATO NOTÁVEL), a necessidade de incentivar a presença participativa continua dependendo de uma ação mais eficiente dos mais atingidos nos bolsos pelas mãos de nossos governantes, que financiam suas moradias e mordomias com o arrocho de nossos salários.

*“Você que tá vendo tudo e fica aí parado com cara de veado que viu caxinguelê”.*  
Raul Seixas

**Recomeçando mais um ano com uma série de problemas resolvidos, como é o caso da CORRUPÇÃO que foi extirpada como o câncer maligno; graças à recuperação dos princípios éticos de nossos líderes, que agora nos tratam com igualdade e merecida dignidade, em todos os setores profissionais e classes sociais; poderemos agora compartilhar essas mudanças com nossos semelhantes, com maior dedicação às nossas obrigações profissionais, sociais e familiares.**

***“Este desejado futuro de equilíbrio social não pode nascer das ciências do real, ou das douradas prisões dos***

***intelectuais, mas de uma comunidade que possa vir a ser imagionosa com o auxílio dos educadores também”.***

Regis de Moraes

Como seria bom se essa tolerância amoral de nossos governantes para com os problemas de nossa sociedade e comunidade universitária fosse substituída com maturidade por uma intervenção capaz de eliminar ou, pelo menos, amenizar essa realidade, que tem nos aprisionado em “ilhas cercadas de problemas por todos os lados” (“murmúrio” de um colega com problemas financeiros), que afeta com prejuízos irreparáveis nosso desempenho profissional, social e familiar.

*“O novo mora primeiro no coração,  
depois na idéia e, finalmente, objetiva-se  
como mudança social”.*

Regis de Moraes

**Mas... ainda é possível restabelecer aquela união que já se manifestou em outros tempos, para transformar nossos sonhos em realidade construída sobre sentimentos, pensamentos e ações. Vamos dizer BASTA, começando pelo comprometimento social com nossos colegas, comparecendo em assembléias para discutir uma série de problemas de nossa comu-**

**nidade, dentre os quais, NOSSA CAMPANHA SALARIAL.**

***“Na Assembléia realizada ontem, com a presença de 328 docentes, foram aprovadas as seguintes propostas, por unanimidade:  
Continuidade da Greve  
Manutenção da Pauta  
de Reivindicações”***  
Boletim da Adunicamp nº 34/88,  
de 29/09/1988

Quanto aos antigos companheiros que hoje administram nosso país e nossa universidade, sentados em seus “tronos”, que conquistaram com a nossa ajuda; infelizmente transformaram-se em nossos **ADVERSÁRIOS**; usam uma argumentação fascista, para nos convencer que não merecemos respeito e nem mesmo a cordialidade (ou educação) de ser recebidos em seus gabinetes nas “ilhas da fantasia”, para discutir nossos direitos, por eles menosprezados (em parte) devido à nossa dificuldade de formar um grupo suficientemente forte para enfrentar esses nossos **PIORES ADVERSÁRIOS**.

**PLIM - PLIM**

Valério José Arantes é professor da Faculdade de Educação e atual diretor da Adunicamp.

## Cresce participação de docentes na última assembléia

A Assembléia Geral de 16 de março de 2000, realizada no auditório da Adunicamp, contou com a participação de 47 docentes e chegou às seguintes deliberações:

- levar à reunião do Fórum das Seis a proposta indicativa de reajuste salarial de 32%, a fim de recuperar o nível de maio de 95, sendo esse percentual dividido em 25% em maio e 7% a ser renegociado no segundo semestre, dependendo da arrecadação;
- repudiar a quebra da isonomia salarial anunciada no comunicado do CRUESP de 3 de março de 2000;
- convidar o reitor Hermano Tavares e assessores para debate sobre a questão salarial com a diretoria da Adunicamp e assessores.

## E agora José?...

### Até a saúde do trabalhador deve sujeitar-se à visão economicista?

A saúde do trabalhador e seu ambiente de trabalho são uma questão de saúde pública e não de política de recursos humanos, estando, portanto, muito distante de interesses menores de departamentos de RH que tem como eixo reduzir custos de folha de pagamento. Esta posição tem sido defendida por nossos colegas da UNICAMP especialistas em saúde pública em todos os foros de saúde do país, inclusive Conferências Nacionais de Saúde.

Na UNICAMP a criação do Centro de Saúde da Comunidade (CECON) foi uma vitória da comunidade de trabalhadores docentes, técnicos-administrativos e estudantes. Além do atendimento ambulatorial, o CECON tinha como responsabilidades: higiene e segurança do trabalho e medicina do trabalho.

Recentemente, em 3 de março de 00, a Reitoria publica a Resolução GR 18, que transfere o Serviço de Segurança do Trabalho e o Serviço de Saúde Ocupacional — Serviço de Medicina do Trabalho — do CECON para a Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH), sem consultar o Departamento de Medicina Preventiva, reconhecido nacional e internacionalmente pela competência dos seus docentes como formuladores de políticas de saúde.

Essa atitude encerra, sem resolver, um debate político plural através de um ato administrativo rejeitado por grande parte dos trabalhadores da saúde, em especial aqueles com formação de saúde pública.

Não se pode pretender que, sob a alegação de resolver problemas como doenças profissionais, acidentes do trabalho, prevenção e afastamentos de funcionários por motivos de saúde, seja colocada a subordinação direta dos profissionais executores a um departamento de recursos humanos.

A submissão dos assuntos de saúde ao modelo gerencial verticalizador está baseada na proposta de que problemas com a saúde de funcionários são controlados com vigilância direta, não delegada a profissio-

nais fora do controle do gerente. Esta visão é predominante no mundo empresarial e pode ser chamada de “Taylorista”, no mínimo. Pode igualmente ser verificada no posicionamento das Federações Estaduais de Indústrias em seus manifestos contra

“  
Causou surpresa e estranhamento a resolução da Reitoria que transfere o serviço de Medicina do Trabalho para o DGRH.

o dever de profissionais do Sistema Único de Saúde — SUS, em monitorar a saúde nos ambientes de trabalho.

Os setores políticos mais atrasados, incluindo aqueles vinculados à agricultura exportadora que escraviza mão-de-obra precarizada, defendem a privatização do seguro-saúde, da assistência à saúde dos trabalhadores, a terceirização dos serviços de saúde e, em alguns casos, a vigilância restritiva, com mão-de-ferro, contra os direitos individuais reclamados por lesões e doenças em ambientes de trabalho. Sob sua óptica, o trabalhador está sempre simulando doença e reivindicando afastamentos e folgas injustificadas.

Contra estas posições políticas, se colocam os profissionais de saúde pública interessados na promoção e defesa da saúde dos trabalhadores. A questão mais intensamente discutida é o papel da co-gestão sindical no estabelecimento das políticas de serviços de saúde que cuidam de trabalhadores. A integração destes serviços ao SUS seria forma de garantir o controle social das ações, não delegando ao patronato o estabelecimento unilateral de quais são as condições adequadas para trabalhar sem adoecer.

Existem correntes políticas di-

vergentes entre profissionais médicos, enfermeiros, e outros, engajados nas correntes opostas descritas acima. Grandes esforços estão sendo desenvolvidos pelas associações e conselhos profissionais para estabelecer um consenso mínimo que impeça a solução do dissenso político através de formas autoritárias que restrinjam a autonomia dos profissionais seja fora ou dentro do SUS.

Causou surpresa e estranhamento a Resolução da Reitoria que transfere o serviço de Medicina do Trabalho para o DGRH. Não se esperava que a Reitoria da UNICAMP tomasse partido naquela questão, estabelecendo que problemas oriundos da relação trabalho e saúde devam ser resolvidos unilateralmente pela administração. A mesma passa a assumir os riscos e os ônus de um comportamento similar ao do patronato da área canavieira, da soja e dos cítricos, que tão pouco apreço tem demonstrado por melhorar as condições de trabalho de seus funcionários, preferindo acreditar em políticas centralizadoras tendentes a atitudes repressivas, controlistas e ineficazes. Caímos, portanto, na contradição de defendermos uma política exemplar para fora e internamente termos uma prática atrasada, inaceitável. **Queremos publicamente cobrar da Reitoria a revogação dessa Resolução.**

#### Banespa oferece vantagem para associados

O Banespa está oferecendo um financiamento para veículos novos ou usados pelo sistema leasing. Para os associados da Adunicamp não haverá necessidade de avalista. As taxas foram reduzidas para:

Parcelas	Taxas (pré-fixadas)
24	2,14
30	2,24
36	2,26